



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

20 de fevereiro 2014



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

**Editoria:** Cidade

**Data:** 20/02/2014

**Assunto:** Reforço do cartão de crédito

**Página:** 08

# A NOTÍCIA

# Reforço para manter as escolas

O secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, anunciou que os diretores das escolas estaduais receberão um cartão de crédito com limite de até R\$ 8 mil para gastar em pequenas reformas. A novidade foi contada na manhã de ontem, em reunião com os diretores dos colégios de Joinville. O valor mínimo do cartão será de R\$ 2 mil. O valor para cada escola será definido conforme o número de alunos. O Cartão de Pagamento do Estado de SC (CPESC) será entregue às 1,1 mil escolas do Estado.

– As escolas com maior número de estudantes vão ganhar o valor máximo – explicou Deschamps.

Antes de receber o cartão, os colégios farão um cadastro. Segundo o secretário, a intenção é de que a primeira parcela do dinheiro seja depositada ainda no final de março ou início de abril. O restante do

dinheiro deverá ser repassado no segundo semestre. Ao todo, serão repassados cerca de R\$ 7 milhões para as escolas.

Além desse cartão que os diretores irão receber, a Secretaria de Estado de Educação também pretende minimizar os problemas estruturais das unidades escolares com obras de manutenção.

– No ano passado, nós nos empenhamos na captação de recursos de várias fontes para trabalhar na manutenção das escolas. Nosso objetivo é realizar essas obras durante o decorrer do ano letivo – disse.

Por meio do Programa Revitaliza, serão aplicados R\$ 287 milhões para reforma e ampliação em 107 colégios de Santa Catarina. O Mais Escolas deve construir 37 novas unidades, totalizando R\$ 274 milhões. Quatro serão na área da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

**Editoria:** Cartas

**Data:** 20/02/2014

**Assunto:** Comunidade na escola

**Página:** 35

# A NOTÍCIA

## CARTAS

### Ponto de Vista

Tenho filhos em escola pública e sempre que necessário contribuo com a escola. Na verdade, as escolas deveriam ser mais autônomas, ter um caixa para administrar etc. Como isso não existe por causa das burocracias do serviço público, também acho que cabe à comunidade, sempre que possa, ajudar em pequenas reformas, pintura e, num salto maior e planejado, climatização etc. Isso não é fazer a parte do governo simplesmente. É se engajar pela comunidade. O que de mais importante pode existir dentro de uma comunidade que a sua escola pública?

Por isso, concordo com as observações do colunista Ednilson Leandro no *Ponto de Vista* de 18/2 com o título *As vaquinhas*. Um diretor, quando busca a ajuda da comunidade para tornar o ambiente da escola melhor, deveria ser realmente mais bem recebido. E para quem acha que isso não é dever seu, mas do município ou do Estado, que coloque a mão na consciência, ajude e dê o troco nas urnas, na hora do voto.

**Eneide da Cunha,**  
Joinville



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Coluna pelo Estado

**Editoria:** Coluna pelo Estado

**Data:** 20/02/2014

**Assunto:** Comissão de Educação contra a greve

**Página:** Online

### [ PeloEstado ]

## Interlocução contra greve

**A** vice-presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, a professora e deputada Luciane Carminatti (PT), disse ontem que a comissão trabalhará nesse primeiro semestre para evitar greve no Magistério estadual. Segundo ela, o calendário escolar, já concentrado em função da realização da Copa do Mundo, pode não ser cumprido caso haja paralisação. "Pretendemos manter um canal de interlocução com o governo para que ele entenda o momento delicado pelo qual o Magistério vem passando". As principais reivindicações da classe são o pagamento integral do reajuste de 8,5% e o abono das faltas registradas em 2013 em função de uma paralisação nacional, além do fim do decreto que estabelece nova forma de escolha de diretores das escolas. O comentário da deputada surge um dia depois do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-SC) confirmar indicativo de greve para março. Iniciar-se-ia com a paralisação nacional que acontecerá nos dias 17, 18 e 19 de março. O governo do Estado rapidamente emitiu nota e enumerou motivos para que a greve não ocorra. "O Governo está garantindo um reajuste de 8,5% (além do reajuste do piso) a todos os professores em 2014, sendo que o parcelamento foi proposto a fim de compatibilizar o impacto financeiro deste aumento com o aumento do Fundeb previsto para este ano sem que haja qualquer prejuízo às demais ações da Educação", diz um trecho. Em ano de eleitoral, evitar greve é essencial para quem busca a reeleição.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                       |                           |                         |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Nota 10               | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 20/02/2014 |
| <b>Assunto:</b> Residência pedagógica |                           | <b>Página:</b> Online   |



### **Residência pedagógica pode ser adotada para formar professores**

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado está reunida para votar, entre proposições, projeto que cria a residência pedagógica para todo o conjunto de cursos de formação de professores da educação básica, desde a creche ao ensino médio. O PLS 284/2012, cujo autor é o senador Blairo Maggi (PR-MT), tem sua aprovação recomendada pelo relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), com emendas.

Outro projeto estabelece que os feriados incidentes entre terças e sextas-feiras tenham sua comemoração antecipada para as segundas-feiras (PLC 108/2009). É um texto da Câmara dos Deputados (PLC 108/2009), que tramita em conjunto com outro projeto vindo também daquela Casa (PLC 296/2009), mas este com o objetivo de transferir a comemoração dos feriados para as sextas-feiras. O relator, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), propõe a aprovação do primeiro projeto, na forma de um texto substitutivo.

Constam ainda da pauta projetos que ampliam o Programa Bolsa Atleta (PLS 332/2009 e PLS 134/2010) e que sugerem normas para a escolha dos dirigentes escolares (PLS 328/2005 e 344/2007).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                     |                                      |                         |
|-------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira | <b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira | <b>Data:</b> 20/02/2014 |
| <b>Assunto:</b> Nota da Secretaria  |                                      | <b>Página:</b> Online   |



### Educação: Professores tiveram ganhos acima de 80%, diz Secretaria

A Secretaria da Educação enviou e-mail relatando os avanços registrados na área durante o governo Colombo. Confira o teor:

Em relação à nota "Conselho do Sinte aprova indicativo da greve" cumpre informar que:

1. O Governo do Estado de SC cumpre a lei do piso sendo que o vencimento inicial de carreira que era de R\$ 609,00 em 2010 é hoje R\$ 1.697,32 (aumento de 178%) sem contar regência de classe, triênios e vale alimentação;
2. Todos os níveis de carreira tiveram reajustes expressivos desde 2011, com ganhos acima de 80% para uma inflação acumulada de 26% no período;
3. A descompactação total da carreira já proposta pelo Governo depende de revisão das gratificações e da melhoria da relação professor aluno de 1:12 para 1:20 como preconizou representante da CNTE em audiência pública no congresso nacional;
4. O Governo está garantindo um reajuste de 8,5% (além do reajuste do piso) a todos os professores em 2014, sendo que o parcelamento foi proposto a fim de compatibilizar o impacto financeiro deste aumento com o aumento do Fundeb previsto para este ano sem que haja qualquer prejuízo às demais ações da educação.
5. O decreto que estabelece o novo processo de escolha dos diretores com base em um plano de gestão escolar e a participação de pais, estudantes e professores através do voto, representa um avanço na gestão democrática das escolas catarinenses.

Finalmente reiteramos a posição de diálogo aberto e franco com toda categoria e de que eventuais paralisações representam prejuízos irreparáveis para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes catarinenses.

Atenciosamente

Secretaria de Estado da Educação



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                     |                           |                         |
|-------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Todos pela Educação | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 20/02/2014 |
| <b>Assunto:</b> Ensino Integral     |                           | <b>Página:</b> Online   |



### ENSINO INTEGRAL EM METADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS

**De acordo com o PNE, objetivo é que, em dez anos, mais de onze milhões de crianças e jovens tenham aulas durante todo o dia em pelo menos metade das escolas públicas**

Fonte: Jornal do Câmara (DF)

O Plano Nacional de Educação tem duas metas em relação ao Ensino integral: em dez anos, metade das Escolas públicas deverá oferecer Ensino integral aos Alunos, ainda que não seja para todas as séries.

O objetivo é que essa modalidade de Ensino esteja disponível não apenas nos grandes centros, que concentram o maior número de Alunos. Hoje, pouco mais de três milhões de estudantes dos colégios públicos Polêmica do Ensino especial volta ao debate na Câmara Os deputados devem enfrentar novamente um dos pontos mais polêmicos da proposta: o Ensino de crianças e adolescentes especiais.

O projeto do PNE enviado ao Congresso pelo Executivo estabelecia que todos os jovens de quatro a 17 anos de idade com algum tipo de deficiência sejam incluídos na rede regular de Ensino. O texto dos parlamentares, porém, pretende dar garantias ao Ensino especializado.

Em 2007, o País assinou a convenção da ONU segundo a qual a deficiência não pode ser justificativa para a exclusão de uma criança do Ato pelas Apaes, no ano passado têm atividades educacionais por pelo menos sete horas diárias, de segunda a sexta-feira.

A ideia é que, em dez anos, mais de onze milhões de crianças e jovens tenham aulas durante todo o dia em pelo menos metade das Escolas públicas. Para atingir esse número, será preciso aumentar a quantidade de colégios e de Professores disponíveis. Segundo o presidente da Comissão de Educação, deputado Gabriel Chalita (PMDB-SP), o esforço vale a pena. “Um Aluno que é cuidado o dia todo tem um rendimento melhor”, disse.

Dobro de Escolas - Os Alunos das 50 mil Escolas que hoje têm aulas em período integral recebem três refeições diárias e fazem atividades esportivas, de reforço Escolar, cultura e artes, entre outras. Para chegar aos 50% previstos no PNE, será necessário dobrar o número de instituições adaptadas à jornada dupla.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                     |                           |                         |
|-------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Todos pela Educação | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 20/02/2014 |
| <b>Assunto:</b> Ensino Especial     |                           | <b>Página:</b> Online   |



### **POLÊMICA DO ENSINO ESPECIAL VOLTA AO DEBATE NA CÂMARA**

**Texto aprovado pela Câmara estabelece que o atendimento dos alunos com deficiência seja preferencialmente na rede regular de ensino, mas que o ensino especializado continue garantido**

Fonte: Jornal do Câmara (DF)

Os deputados devem enfrentar novamente um dos pontos mais polêmicos da proposta: o Ensino de crianças e adolescentes especiais. O projeto do PNE enviado ao Congresso pelo Executivo estabelecia que todos os jovens de quatro a 17 anos de idade com algum tipo de deficiência sejam incluídos na rede regular de Ensino.

O texto dos parlamentares, porém, pretende dar garantias ao Ensino especializado. Em 2007, o País assinou a convenção da ONU segundo a qual a deficiência não pode ser justificativa para a exclusão de uma criança do sistema educacional regular. A ideia é garantir que esses Alunos tenham acesso à mesma Educação oferecida às pessoas sem deficiência.

**Atendimento preferencial** - O texto aprovado pela Câmara estabelece que o atendimento dos Alunos com deficiência seja preferencialmente na rede regular de Ensino, mas que o Ensino especializado continue garantido.

O presidente da comissão especial responsável pela matéria, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), defendeu a regra. “Se você não dá o direito a uma matrícula adicional ao Aluno especial, desmonta toda uma estrutura nacional que envolve Apaes e Pestalozzis; a assistência fica restrita a convênios.”